



RIO GRANDE DO NORTE

Proposta Rejeitada



A Proposta do Sindesp/RN:

Aumento de R\$1 real no vale alimentação; não dar o INPC do período da nossa Data Base, mas sim uma proposta de 2,46% de reajuste salarial; não pagar retroativo, além disso o patrão quer tirar a cláusula que impede trabalho intermitente na categoria.

Infelizmente já sabíamos que o patrão não queria negociar, mas uma vez foi frustrada a negociação coletiva por causa da soberba patronal. O Sindsegur rejeitou a proposta e a

decisão ficará para os desembargadores do TRT 21 REGIÃO.

Com isso foi encerrada a sessão e será encaminhada para Julgamento com data a definir.

Assim que for definida as próximas datas avisaremos nos canais de comunicação oficial do Sindsegur.

Seguiremos firmes e fortes!

Fonte: SINDSEGUR

MAP, A MAQUINA DE MOER GENTE:

MESMO RECEBENDO MENSALMENTE DO ESTADO O VALOR PARA TROCAR FARDA, INSISTE EM NÃO TROCAR UNIFORME E EMBOLSAR

CLASSE ARMADA
...DE UNIÃO, CONSCIÊNCIA E LUTA

AÇÃO DO SINDICATO CONDENA A MAP, A MÁQUINA DE MOER GENTE, POR DUMPING SOCIAL

STOP SOCIAL DUMPING

Dumping Social
É caracterizado por práticas desumanas de trabalho com objetivo de reduzir custos e, assim, aumentar o lucro do empregador. Trata-se de descumprimento recorrente aos direitos trabalhistas, capaz de gerar um dano à sociedade e constituir um ato ilícito.

VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

Imagem retirada da internet

Uma equipe de Fiscalização Sindical visitou nesta quarta-feira, 28, colégios no bairro de São Cristóvão, Salvador e voltou a encontrar vigilante vestido com “molambo” chamado farda Map.

O pior é que a empresa recebe todo mês na fatura da SEC os valores relativo a uniforme e não realiza a troca semestral determinada na Sentença Normativa ou CCT. Embolsa de forma desonesta o dinheiro público e deixa os vigilantes vestindo verdadeiros molambos.

Rapinagem pura.

Os fatos e fotos estão a caminho da SEC e dos órgãos de fiscalização.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

AVISO DE INTERESSE DE VIGILANTE:

CLEBER CARVALHO PRECISA COMPARECER URGENTE!



Num processo do Sindicato contra a Macvig/ Estado da Bahia o Juízo da 39ª Vara do Trabalho de Salvador determinou que o Sindicato localize o colega CLEBER DE SOUZA CARVALHO para que este se habilite no processo, com procuração, para liberação de crédito.

Então Cleber, que trabalhou na Macvig. Fale com o Sindicato, URGENTE!

É do seu interesse. É grana a vista.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Trabalhadores da Security (contrato Itaú) devem comparecer ao sindicato com urgência!



O Sindseg-GV/ES convoca os trabalhadores que foram demitidos da empresa Security (Contrato Itaú) que fazem parte da Ação Coletiva nº 0000275-43.2020.5.17.0003 para comparecerem à sede do sindicato para receberem o valor referente da ação.

Já os Vigilantes Patrimoniais que são associados ao sindicato, o Sindseg-GV/ES informa que irá levar o cheque até o posto de trabalho de cada um.

O processo é referente à retenção dos 20% do FGTS dos trabalhadores ao aplicar a regra do acordo mutuo. Na época, o sindicato não concordou com a decisão da empresa e entrou com uma ação trabalhista coletiva na Justiça.

A empresa apresentou proposta que foi aprovada pelos trabalhadores em assembleia e o acordo foi homologado pela Justiça.

Confira a seguir a lista dos trabalhadores que têm direito a receber no site da entidade.

Fonte: SINDSEG GV-ES

INSS: tempo afastado do trabalho por doença conta na aposentadoria especial

Decisão foi proferida pelo plenário virtual do Supremo Tribunal Federal nessa segunda-feira



Segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que trabalham em áreas insalubres poderão contar o período em que receberam

o auxílio-doença previdenciário como tempo especial para antecipar a aposentadoria.

A decisão foi proferida nessa segunda-feira (26/10) pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Antes, o INSS considerava como tempo de contribuição apenas o período afastado no âmbito do auxílio-doença acidentário.

O auxílio-doença acidentário é pago ao segurado que comprove estar temporariamente incapaz para o serviço devido a um acidente de trabalho, como uma pessoa que contraiu a Covid-19 em atividade presencial na empresa.

Já o auxílio-doença previdenciário, ou comum, é pago aos segurados temporariamente

incapazes de trabalhar por causa de doença adquirida fora do serviço. É o caso de quem precisou se afastar para tratar um câncer, por exemplo.

“Antigamente, o INSS considerava só o auxílio-doença acidentário como período de contribuição para a aposentadoria especial”, explica o advogado João Badari, do escritório ABL Advogados.

A regra vale para a aposentadoria especial, benefício concedido ao cidadão que trabalha exposto a agentes nocivos à saúde, como calor ou ruído, em níveis de exposição acima dos limites estabelecidos em legislação própria.

Assim, se um frentista recebeu o auxílio-doença previdenciário por dois anos para

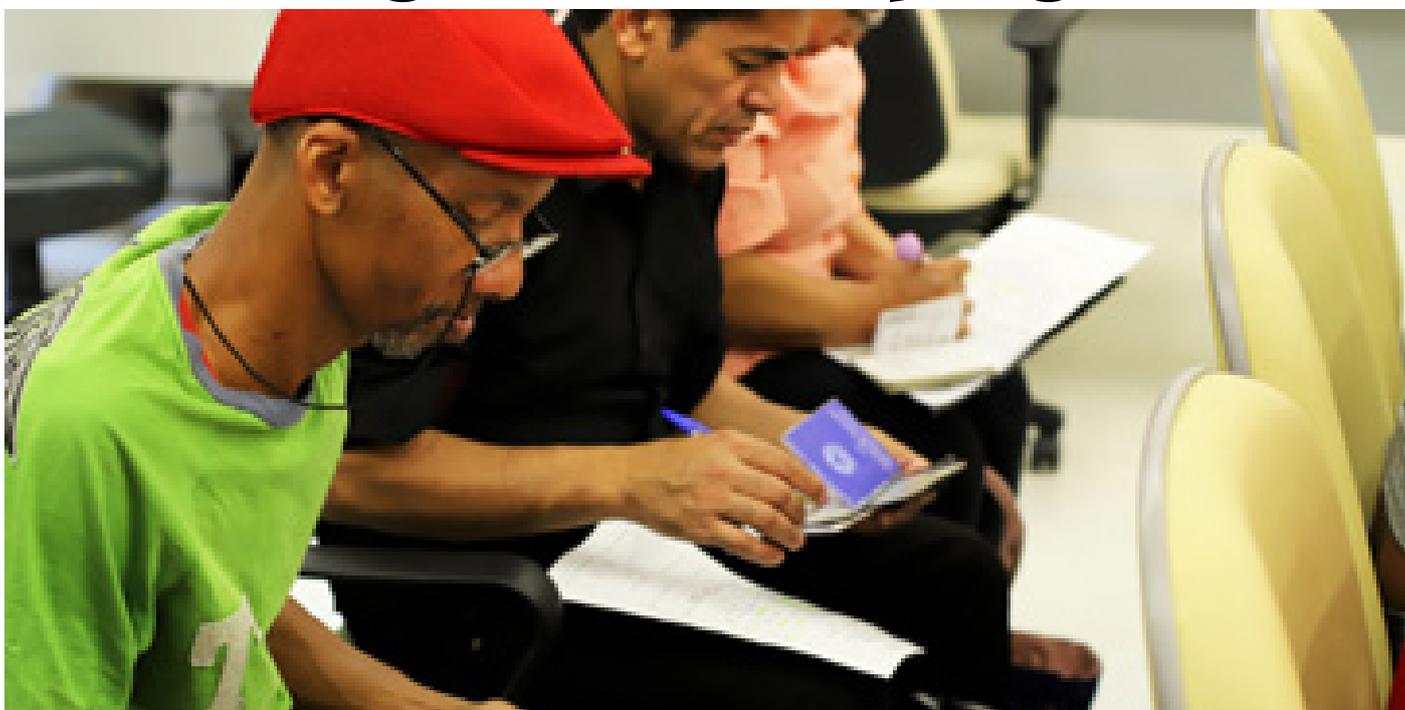
tratar de uma neoplasia maligna (câncer), esse período de afastamento vai ser, agora, contado como contribuição à aposentadoria especial.

“As contribuições têm que ser intercaladas. Ou seja, saiu um benefício por incapacidade [auxílio-doença], tem que voltar a fazer pagamento, pelo menos um mês pago para entrar esse período na aposentadoria”, diz Badari.

O advogado, que é especialista em direito previdenciário, explicou ainda que segurados prejudicados pelo antigo entendimento do INSS podem entrar com pedido de revisão de benefício.

Fonte: Metropoles

Governo Bolsonaro quer pagar só R\$ 600 para quem não recebeu seguro-desemprego



Ao contrário do que foi publicado nos portais UOL e Poder 360, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) não quer pagar duas parcelas extras de seguro-desemprego aos trabalhadores e trabalhadoras demitidos durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Apesar das regras do benefício determinarem que o valor do seguro-desemprego não pode

ser inferior a um salário mínimo (R\$ 1.045,00), o governo Bolsonaro quer pagar apenas R\$ 600,00. Hoje são pagas de três a cinco parcelas de seguro-desemprego, com valores médios de R\$ 1.270,00, dependendo do valor do salário e do tempo que o trabalhador esteve empregado. O teto do seguro-desemprego é de R\$ 1.813,03.

A bancada dos trabalhadores no Conselho

Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), formada pela CUT, UGT, Força Sindical, Nova Central, CTB e CBS, mantém a proposta feita em julho deste ano, para que os trabalhadores e as trabalhadoras demitidos durante a pandemia recebam mais duas parcelas do seguro-desemprego. A medida beneficiaria em torno de 2,4 milhões pessoas no enfrentamento da pandemia.

Depois de diversos dias de estudos, a bancada governista no Codefat decidiu manter a sua contraproposta de pagar de três a cinco parcelas de R\$ 600,00 para quem foi demitido de 20 de março a setembro deste ano, e não pôde receber o seguro-desemprego por não estar apto pelas regras do benefício. A proposta do governo prevê o pagamento adicional a apenas 260 mil trabalhadores, ao custo de R\$ 150 milhões.

O governo ainda insiste que apenas a sua proposta seja colocada na votação, que deverá ocorrer na próxima sexta-feira (30), a partir das 14 horas no Codefat, e nem quer que o pedido dos trabalhadores seja votado.

Para o representante da CUT no Conselho, Quintino Severo, essa manobra do governo não tem respaldo já que toda discussão do pagamento extra do seguro-desemprego se originou da proposta da bancada dos trabalhadores. O Codefat é formado por bancada tripartite: trabalhadores, governo e empresários.

“As duas propostas não são excludentes. Podemos colocar em votação as duas e até mesmo aprová-las conjuntamente”, afirma Quintino.

O dirigente ressalta ainda que nada impede o governo federal de editar uma Medida Provisória (MP) para atender esses trabalhadores que ficaram de fora do recebimento do seguro-desemprego, sem que os recursos venham do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

“Entendemos que é justo que o trabalhador que não teve acesso ao seguro-desemprego receba um auxílio, mas para isso basta o governo editar uma nova MP, sem depender do Codefat”, diz o dirigente.

“A bancada dos trabalhadores defende o pagamento de mais duas parcelas extras a quem perdeu o emprego e não teve nenhum benefício além do seguro. Não dá para deixar

sem nenhuma proteção quem não se recolocou no mercado de trabalho e, infelizmente, com esta crise vai demorar a conseguir uma nova colocação”, afirma Quintino Severo.

A princípio, a proposta da bancada dos trabalhadores era ampliar para cinco parcelas extras do seguro-desemprego, mas em função da data de validade do estado de calamidade pública, que termina em 31 de dezembro deste ano, só será possível pagar mais duas parcelas.

Fonte de recursos

Para pagar mais duas parcelas extras do seguro-desemprego a 2,6 milhões de trabalhadores seriam necessários R\$ 7,3 bilhões, dinheiro que o FAT tem, mas por conta do Teto dos Gastos, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, os recursos teriam de vir do “orçamento de guerra”, aprovado pelo Congresso Nacional, com validade até 31 de dezembro deste ano.

Por conta disso, mesmo sendo aprovado pelo Conselho, caberia a Jair Bolsonaro editar uma MP destinando os recursos extraordinários.

“No início nossa proposta ficaria em R\$ 16 bilhões, mas com o decorrer do tempo e por conta do prazo do estado de calamidade pública que está prestes a terminar, revisamos os valores para R\$ 7,3 bilhões”, explica o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese/BSB), Clóvis Scherer.

Como funciona o Codefat

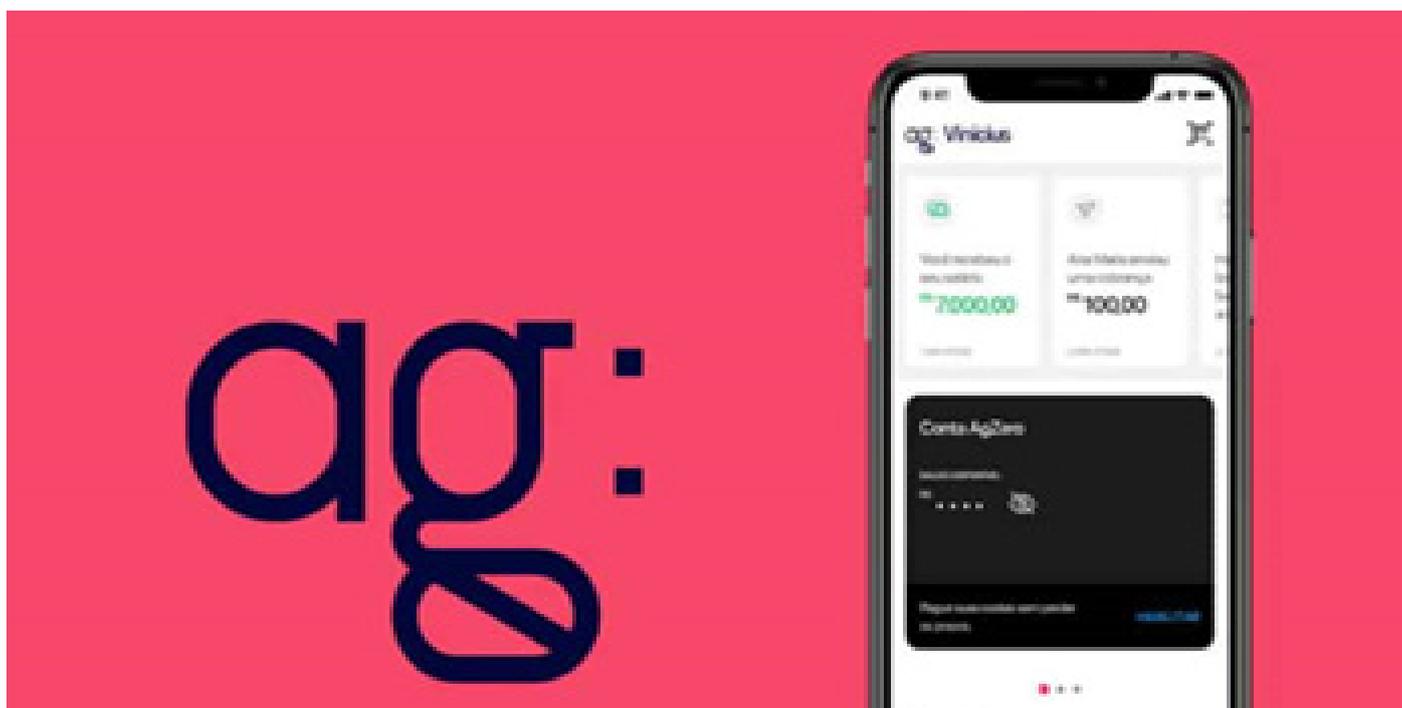
O Codefat é formado por 18 conselheiros, sendo seis representantes de cada grupo (trabalhadores, empresários e governo). Para um projeto ser aprovado é preciso o voto de 10 conselheiros. Em caso de empate o voto que decide é do presidente. Hoje o cargo é ocupado pelo representante da UGT, Canindé Pegado.

O Conselho só pode comprometer 10% da reserva mínima do seu fundo, estipulada em R\$ 1,4 bilhão, e, por isso que há a necessidade de se buscar recursos extraordinários para pagar mais duas parcelas do seguro-desemprego aos trabalhadores desempregados.

FONTE: CUT

SAFRA LANÇA BANCO DIGITAL AGZERO VISANDO O MERCADO DE VAREJO FINANCEIRO

Resultado poderia ser ainda maior sem provisão para devedores; mesmo assim banco continua demitindo funcionários em plena pandemia



Buscando se inserir no mercado de varejo bancário, o Safra lançou nesta terça-feira, 27, o banco digital AgZero. O objetivo é competir com grandes players neste cenário, visando maior diversificação da cartela de produtos da empresa.

A nova instituição financeira nasce sem qualquer canal de atendimento físico, com propostas pautadas única e exclusivamente no autosserviço.

Além disso, não haverá qualquer tipo de cobrança de tarifas para a utilização dos principais serviços bancários, nem exigência de comprovação de renda dos clientes. A proposta é conseguir alcançar um público amplo e diversificado.

De acordo com a chefe da área digital de pessoa física do Safra, Paula Mazanék, a ideia de atingir o consumidor pessoa física que vem buscando cada vez mais as soluções financeiras se tornou uma das principais motivações da empresa para investir nesse segmento.

“O AgZero representa a entrada do Safra de maneira completa em um banco digital de

varejo. A gente vem se preparando há mais tempo do que outras empresas, mas sentimos que este momento é muito positivo para entrar neste universo que está demandando cada vez mais produtos digitais”, disse ao Valor Econômico.

Safra lança Banco digital AgZero – Quais serão os principais produtos?

Estando na oitava posição entre os principais bancos do país, o Safra lança banco digital totalmente focado nas necessidades e serviços do usuário pessoa física.

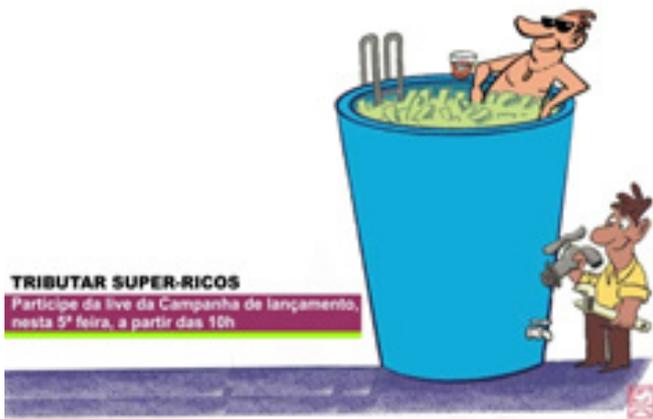
Além de não ter nenhum tipo de cobrança relacionada a cesta de serviços, o cartão de crédito, que deverá ser lançado em breve, também não terá anuidade.

Os clientes terão acesso a produtos financeiros logo no início do banco digital, como: Empréstimo pessoal; Empréstimo consignado; Seguro prestamista; Transferências ilimitadas; Pagamentos de boletos.

Fonte: IDinheiro

Campanha para tributar super-ricos será lançada nesta 5ª feira (29)

Participe da live de lançamento, a partir das 10h, com diversas entidades, parlamentares e governadores



Será lançada nesta quinta-feira (29/10), às 10h, uma campanha nacional para cobrar medidas tributárias necessárias para enfrentar a grave crise aprofundada pela pandemia e contribuir para a retomada do crescimento do país. O lançamento, que será transmitido ao vivo pelo Facebook e pela TV Contraf, contará com a participação de diversas entidades sociais, governadores e parlamentares.

Serão apresentadas oito propostas que podem promover um aumento de arrecadação de quase R\$ 300 bilhões, tributando apenas as altas rendas e grandes patrimônios dos 0,3% mais ricos do Brasil.

“As propostas reduzem impostos para os mais pobres e pequenas empresas e melhora a repartição de recursos entre estados e municípios. Além de serem estratégicas para tirar o Brasil da crise e solucionar problemas históricos de justiça fiscal em nosso país”, explicou o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional

dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mario Raia, que compõe a coordenação da campanha.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, disse que a entidade que preside integra a campanha porque as propostas têm capacidade para ampliar a justiça fiscal Brasil. “Propostas como a correção das distorções do Imposto de Renda, a revogação da isenção sobre lucros e dividendos distribuídos aos acionistas das grandes empresas, o fim da dedução de juros sobre o capital próprio, a elevação do limite de isenção para baixas rendas, e a criação de uma tabela de alíquotas progressivas têm capacidade de reduzir os valores pagos pelos mais pobres e aumentar somente o que se cobra dos 0,3% mais ricos de nosso país”, explicou.



Uma cartilha ilustrada e uma calculadora online demonstram os impactos positivos das ações na vida dos trabalhadores caso as medidas sejam implementadas.

Pressão social

Mais de 50 organizações já se integraram à campanha e outras dezenas estão se somando ao movimento para garantir a aprovação e adoção das medidas de curto e médio prazo que fortalecerão o Estado e possibilitarão o enfrentamento da pandemia, a garantia de renda para os mais pobres e a retomada da atividade econômica.

“De abril a junho de 2020, quase nove milhões de pessoas perderam o emprego. A taxa de pessoas sem trabalho superou os 13%.

O rendimento encolheu 5,6%, representando perda de R\$ 12 bilhões em circulação na economia. Os pequenos negócios estão quebrando em consequência da redução do consumo de bens e serviços. As medidas que estamos propondo têm capacidade para reverter esse quadro”, disse o dirigente da Contraf-CUT.

As entidades participantes já iniciaram a divulgação dos projetos de lei junto aos movimentos sociais, sindicatos, estudantes, agricultores, pequenos empresários e políticos. A partir de agora essa atuação será intensificada com debates, entrevistas e reuniões com parlamentares, governadores e prefeitos para incluir o tema na pauta do Congresso e fazer as propostas tramitarem.

Confira as Propostas

- Correção das distorções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução de juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas, e criação de nova tabela de alíquotas progressivas.
- Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões.
- Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e extrativo mineral.
- Criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil.
- Mudança nas regras do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%.
- Novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios. A previsão é de acréscimos de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios.
- Regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.

FONTE: CONTRAF

Bolsonaro não resiste às críticas, recua e revoga decreto de privatização de UBS

Recuo foi anunciado no mesmo dia em que decreto, abria as portas para privatização do SUS foi publicado, nesta quarta-feira

MÁRCIO BARALDI



A forte reação de deputados progressistas e lideranças políticas, que defendem os interesses dos brasileiros, em especial os mais pobres que dependem dos serviços públicos, obrigou o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) a recuar e revogar, no final da tarde desta quarta-feira (28), o decreto de privatização das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que havia sido publicado nesta terça-feira (27).

Para os críticos da proposta, o decreto abria as portas para a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), o que Bolsonaro negou ao anunciar a revogação em sua página no Twitter.

Na postagem, ele disse que é “falsa” a ideia de privatização do SUS e afirmou que a simples leitura do texto “em momento algum sinalizava” a privatização do sistema. O cancelamento do decreto deverá sair ainda nesta quarta, em edição extra do Diário Oficial da União.

De acordo com reportagem do UOL, mesmo tendo recuado, o presidente defendeu o decreto, dizendo que a medida tinha como objetivo viabilizar o término de obras nas UBS, bem como permitir aos usuários buscar a rede

privada com despesas pagas pela União.

Ministro da Saúde sequer assinou a proposta

Em mais uma atitude contrária aos interesses da população, em especial a mais pobre, de forma autoritária, sem ouvir autoridades e especialistas em saúde pública, nem o seu próprio ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que sequer assinou o documento, o presidente da República Jair Bolsonaro (ex-PSL) junto com o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, assinou o decreto nº 10.530, que abre as portas para a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS).

No decreto, publicado no Diário Oficial, Bolsonaro determina à equipe econômica que crie um modelo de privatização para Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. As UBS foram criadas para atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para outros serviços, como emergências e hospitais públicos. Ou seja, são a porta de entrada do SUS.

A reação dos deputados progressistas foi imediata

Para impedir mais esta arbitrariedade do governo Bolsonaro, o médico e ex-ministro da Saúde e atual deputado federal, Alexandre Padilha (PT-SP), o deputado Rogério Correia (PT-MG) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS) assinaram e protocolaram, juntamente com outros deputados do PCdoB, um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) - instrumento que tem o poder de suspender imediatamente os efeitos de um decreto presidencial.

Os deputados progressistas e a ex-presidenta Dilma Rousseff consideram inadmissível privatizar as 45 mil unidades da atenção primária, primeiras no atendimento nos casos de pacientes Covid -19 (doença que já matou 158 mil brasileiros e brasileiras) e também responsáveis pela vacinação da população.

“Estamos denunciando mais um absurdo de Bolsonaro que agora quer privatizar o SUS. Só podia ser um presidente obscurantista, negacionista, autoritário e ultra neoliberal para assinar um decreto para privatizar unidades básicas de saúde, por meio de parcerias público-privadas”, disse Correia.

Segundo o deputado mineiro, o decreto presidencial levaria, com certeza, à cobrança de consultas e tratamentos nas unidades básicas de saúde. Para se ter uma ideia, numa comparação com o sistema privado de saúde dos Estados Unidos, o tratamento contra a Covid-19 custa de US\$ 30 mil a US\$ 70 mil dólares – o equivalente a R\$ 172 mil e R\$ 402 mil respectivamente, na cotação desta quarta-feira (28) com o dólar custando R\$ 5,75. No Brasil o custo é zero.

REPRODUÇÃO

	EUA	PELO SUS
COVID-19	US\$ 30.000 A US\$ 71.300 (CUSTO DO TRATAMENTO)	R\$ 0,00
DIABETES	US\$ 14.750 POR ANO	R\$ 0,00
HIV	US\$ 14.000 A US\$ 71.300 POR ANO	R\$ 0,00

Fonte: Business Insider, Europe, Health, Christianity

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Este governo não pode continuar aprontando esses absurdos impunemente. Vamos formar um amplo movimento nacional contra a privatização do SUS e pelo fora Bolsonaro”, afirmou Correia.

A ex-presidenta da República Dilma Rousseff também se opôs veementemente à privatização do SUS, e acusou o governo Bolsonaro de dar um passo decisivo para a destruição do sistema público de saúde, e promover mais um atentado contra a sociedade brasileira, principalmente aos mais de 150 milhões de brasileiros que têm apenas o SUS como forma de acesso a atendimento médico.

“Bolsonaro e Guedes cometem um atentado contra a população e contra a Constituição que diz que ‘saúde é direito de todos e dever do Estado’. O Congresso não pode aceitar esta violação constitucional e ameaça a vida de milhões de brasileiras e brasileiros”, afirmou Dilma, em entrevista à Agência PT.

Conselho Nacional de Saúde critica privatização

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, se manifestou contra a arbitrariedade do Decreto presidencial. Ele afirmou que a Câmara Técnica da Atenção Básica (CTAB) da entidade está analisando o decreto para emitir um parecer formal sobre o ocorrido e tomar as devidas providências legais. Para Pigatto é “preciso fortalecer o SUS contra qualquer tipo de privatização e retirada de direitos”

FONTE: Rosely Rocha e Marize Muniz - CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF